



Prefeitura Municipal de Canguçu
Estado do Rio Grande do Sul
PORTARIA Nº 239/2019

“DETERMINA ABERTURA DE PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

MARCUS VINICIUS MULLER PEGORARO, Prefeito Municipal de Canguçu, Estado do Rio Grande do Sul, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município;

RESOLVE:

- ART. 1º -** Determinar abertura de **PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR** para apurar os fatos descritos no memorando nº 1000/2019/SMS de 17.07.2019, parte integrante desta Portaria, na forma de anexos, envolvendo o servidor público municipal **PAULO FERNANDO ALVES DA PORCIÚNCULA**, ocupante do cargo de Médico Plantonista, matrícula nº 50153-0, pois segundo relatos do Sr. Marcino de Jesus Bastos Motta e sua filha, atendidos pelo servidor este teria, supostamente, descumprido seus deveres funcionais previstos nos incisos IX e X do Art. 169 da Lei 2239/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.
- ART. 2º -** A comissão deverá apurar os fatos, com o levantamento completo da situação relatada, de acordo com as informações descritas no artigo 1º, bem como os documentos que integram esta Portaria; e, em conformidade com o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais, apurar a responsabilidade do servidor, utilizando todos os meios cabíveis e legais, levando em conta os princípios constitucionais do contraditório e da ampla defesa, para elucidar o fato de forma clara e conclusiva.
- ART. 3º -** A Comissão nomeada pelas Portarias nºs 079/2017, de 01.02.2017 e 319/2018, de 19.12.2018, que designa Membros Permanentes de Sindicância e Processo Administrativo Disciplinar, cujos membros titulares são: **RODRIGO THOMPSEN LARANGEIRA**, Advogado, matrícula nº 8911-7, **KAUANE DIAS SOARES PEDROSO**, Auxiliar de Administração nº 50125-5, e **CAREM ELUZA BRAGA QUINTANA**, Auxiliar de Administração, matrícula nº 08805-6 terão um prazo de 60 (sessenta) dias para realizar o Processo Administrativo Disciplinar, o qual deverá, obrigatoriamente, constar relatório circunstanciado e conclusivo.
- ART. 4º -** Revogadas as disposições em contrário, esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE
CANGUÇU/RS, 19 DE JULHO DE 2019.

MARCUS VINICIUS MULLER PEGORARO
Prefeito Municipal

~~Registre-se e Publique-se~~

ELIEZER JORGE TIMM
Chefe de Gabinete do Prefeito

PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR
RELATÓRIO DA COMISSÃO

Senhor Prefeito Municipal,

A Comissão de Processo e Sindicância Administrativa designada para apurar os fatos apontados na Portaria nº 239/2019, envolvendo o servidor estatutário detentor do cargo de médico plantonista Paulo Fernando Alves da Porciúncula, em razão de suposto descumprimento de deveres funcionais, em atendimento à menor de idade, conforme relato do responsável, forte nas previsões do Art. 169 IX e X da lei 2239/03 – Estatuto dos Servidores, vem apresentar o relatório final nos termos a seguir expostos:

PRELIMINARMENTE:

O processo transcorreu regularmente, não havendo incidentes ou nulidades. Com efeito, observo que o prazo inicial expirou, todavia a de se considerar a complexidade do feito e a jurisprudência acerca do assunto, especialmente emanada do Supremo Tribunal Federal – STF, entende que o processo administrativo pode ultrapassar o prazo, não havendo prejuízo, exceto a cessação de eventual concessão de liminar nele deferida, situação que nem ocorreu no caso concreto.

DOS FATOS APURADOS E DA PROVA:

Da análise do conjunto probatório, a Comissão colheu os depoimentos do indiciado, ata de reclamação de responsável da paciente atendida, fichas de atendimento, protocolo de atendimento, documentos da Secretaria de Saúde, documentos do RH, bem como os instrumentos de defesa apresentados.

Conforme relato transcrito, o servidor objeto do presente teria de realizado, em 17 de julho do corrente ano, atendimento sem examinar paciente, sem questionar particularidades da paciente e ainda “debochar” das alegadas dores da paciente.

Na defesa prévia, alegou que o atendimento inicia com uma triagem de onde se colhe as informações para iniciar o atendimento, não havendo qualquer informação sobre alergias. Disse que a paciente apresentava queixas vagas, afastando a ideia de patologia grave e que não tirou “sarro” (deboche) da paciente, dando encaminhamento regular e adequado ao caso.



Por fim, afirmou ainda que na época do atendimento, o requerido encontrava-se em período de férias da Prefeitura, sendo que tal atendimento relativo a trabalho particular junto ao Hospital de Caridade de Canguçu, não havendo sequer atividade enquanto servidor municipal, o que descaracterizaria o referido PAD, pugnando pelo arquivamento do mesmo.

Em seu depoimento, o indiciado disse que, durante a consulta sua conduta foi ética, não havendo qualquer ato que importasse em risco à paciente, tendo realizado indicações e encaminhamentos de praxe, reiterando por fim que durante esta consulta estava em gozo de férias da Prefeitura.

Restou confirmado em memorando oriundo da Secretaria de Saúde que de fato, o indiciado encontrava-se em período de férias da Prefeitura.

Deste modo, comprovado que o suposto fato teria ocorrido em momento que sequer o indiciado estaria em exercício efetivo pelo Município, opinamos pela **extinção do feito**, sem esquecermos que o servidor deverá manter sempre comportamento condizente com a condição de funcionário público, conforme indica o dispositivo do Estatuto abaixo transcrito:

Art. 169: São deveres dos servidores:

(...)

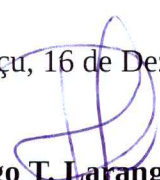
X – manutenção de comportamento condizente com a sua condição de servidor público e de cidadão;


Acreditando ter cumprido o que nos foi determinado, colocamo-nos a disposição de Vossa Excelência para maiores esclarecimentos se assim entender necessário.


Este é o parecer.


Ao Sr. Prefeito Municipal para decisão.

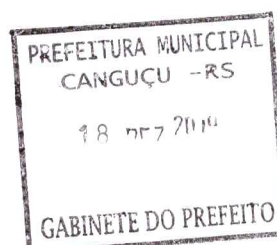
Canguçu, 16 de Dezembro de 2019.


Rodrigo T. Laranjeira
Presidente da Comissão


Kauane Pedrosa
Secretaria da Comissão


Carem Quintana
Membro da Comissão


Vinícius Pegoraro
Prefeito Municipal
Canguçu - RS



*Ab. Acusação
- p/ acusação e resposta
de acordo com o parecer
condizente.
26/12/19*